CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 2167/83

INTERESSADO: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ~~MOCOCA~~

ASSUNTO : Aprovação do Regimento

RELATOR : Cons° Alpínola Lopes Casali

PARECER CEE N° 1860/84 -CTG- APROVADO EM 14/11/84

1. HISTÓRICO:

O instituto de Ensino Superior de ~~Mococa~~ iniciou suas atividades no sistema federal de ensino, mantido pela Fundação de Ensino de Mococa, com os cursos de Biblioteconomia e Pedagogia, este com as habilitações em Administração Escolar e Supervisão Escolar, ambos para o exercício em escolas de 1° grau, já reconhecidos.

Em virtude de sua mantenedora haver passado a ser a fundação Municipal de Ensino Superior de Mococa, foi o Instituto transferido para o sistema estadual de ensino.

A transferência consumou-se mediante o Parecer CEE n° 1.827, de 7 de dezembro de 1983.

O Instituto, em protocolado específico, requereu a conversão das habilitações curtas ou de 1° grau em habilitações de 2° grau. Essa conversão é denominada, também, pelo termo plenificação.

Requereu, também, com respaldo na alínea "a" do art, 8° da Resolução CEE n° 8/62, lhe fosse concedido oferecer a complementação de estudos pedagógicos nas áreas das habilitações plenificadas.

Correm, em protocolados distintos, os pedidos de aprovação dos professores das disciplinas das ~~habilitações~~ plenas e complementação de estudos pedagógicos.

Neste protocolado, o Instituto pleiteia a aprovação do seu Regimento, adaptado às normas deste Conselho, à plenificação das habilitações e à complementação de estudos pedagógicos.

Os pedidos, ainda que aprovados, sucessivamente, na Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em cuja Secretaria ficarão retidas, são, porém, submetidos, em conjunto, ao Pleno.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 - O Regimento está bem posto, do qual, a título de exemplificação, assinala-se o seguinte:

O período letivo é semestral.

O regime é seriado.

As atribuições da diretoria e órgãos colegiados, quando não tradicionais, são adequadas.

Está expresso o dever dos professores de freqüência às aulas, à execução do programa das respectivas-disciplinas e à recuperação das aulas, em ocorrendo a hipótese.

Está prevista a nulidade da matrícula, no caso de documentação falsa.

A dependência se resume a uma disciplina, sendo obrigatória a freqüência.

2.1.1 - Não vingar a redação do art. 143, § 3º.

Conforme o parágrafo, cabe ao Conselho Departamental especificar "as atividades, direitos e deveres dos Monitores, ficando vedado o direito docente, sob pena de dispensa da monitoria".

Pois bem. A redação proposta pelo Instituto não é satisfatória.

Se lhe basta a dispensa do monitor, quer o Conselho que sejam nulas, de plano, para os fins referidos no Regimento, as aulas que, porventura, venho a ministrar.

Isto posto, excluído o ponto final, deve ser acrescentado ao citado § 3º, a expressão "e nulidade das aulas ministradas".

A Assessoria Técnica do Conselho incumbir-se-á da efetivação desta deliberação.

2.1.2 - No "caput" do art. 152, faltou o termo recurso:- "Da sanção aplicada caberá recurso ao órgão colegiado...".

Cabe também à Assessoria Técnica o atendimento ao reparo da omissão datilográfica.

2.2 - Os Anexos ao Regimento podem ser aceitos, observando-se, porém, quanto ao Anexo III, o seguinte:

Referem-se às vagas anuais dos cursos de Biblioteconomia e Pedagogia, conforme fixado pelo Conselho Federal de Educação.

Cem são as vagas anuais, para cada curso, distri-

buídos em partes iguais entre os turnos vespertino e noturno.

No que tange a Pedagogia com as habilitações de 1º grau em Administração Escolar e Supervisão Escolar, o remanescente das vagas, em cada turno, poderá ser destinado à complementação de estudos pedagógicos, de que trata a Resolução CFE nº 2/69.

Entretanto, o referido Anexo III faz menção a carga horária mínima de uma complementação, que é de 1.100 horas/aula, de acordo com a Resolução CEE nº 2/69.

No art. 51 do Regimento está dito que, em se tratando de duas complementações realizadas em conjunto, a carga horária as eleva para 1.400 horas/aula.

Entende-se que, por coerência, o art. 3º do Anexo III deve adequar-se ao art. 51. Cabe-lhe, portanto, referir-se também à carga horária das habilitações feitas em conjunto, no total de 1.400 horas/aula.

Assim, a Equipe Técnica adotará as providências necessárias à satisfação do ora indicado.

3. CONCLUSÃO:

Aprova-se, nos termos deste parecer, o Regimento do Instituto de Ensino Superior de Mococa, com os cursos de Biblioteconomia e Pedagogia, este com as habilitações plenas em Administração Escolar e Supervisão Escolar.

São Paulo, 15 de outubro de 1984

a) Consº Alpínolo Lopes Casali - Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Aroldo Borges Diniz, Ferdinando de Oliveira Figueiredo e Paulo Gomes Romeo.
Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 07.11.84

a) Consº ~~Macy~~ Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de novembro de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO

PRESIDENTE